

Informação e cultura reunidas no ANFIP Conectada com o Associado

A ANFIP promoveu nesta quinta-feira (29/4) a live ANFIP Conectada com o Associado reunindo informação e cultura no mesmo evento. Além de receber vice-presidentes, passaram pelo palco virtual associados de enorme talento na música e nas artes plásticas, dos quais a ANFIP sente imenso orgulho e registra seu agradecimento pela honra de poder transmitir essa arte para todos os demais associados.

Quem não pode acompanhar, a live está disponível no Youtube, só clicar [AQUI](#).

Abrindo o encontro, o presidente Décio Bruno Lopes deu as boas-vindas a todos, sendo seguido de apresentações técnicas dos vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Ariovaldo Cirelo (Aposentadorias e Pensões) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), que abordaram temas ligados às suas respectivas áreas.

Tereza Liduína Félix afirmou que a ANFIP defende de forma intransigente a manutenção e consolidação dos direitos e garantias legais e constitucionais dos aposentados e pensionistas, e exemplificou algumas das ações promovidas pela Entidade em prol de seus associados e associadas. Confira [AQUI](#) a apresentação completa da vice-presidente.

Ariovaldo Cirelo, vice-presidente de Serviços Assistenciais, apresentou os novos benefícios, descontos e convênios de alto nível que a ANFIP negociou, trabalhando dia e noite para garantir sempre o melhor por menos. O planejamento e ações demonstram que, na ANFIP, os filiados e filiações são PRIORIDADE! Confira [AQUI](#) a apresentação do vice-presidente e [AQUI](#) o arquivo em pdf do material apresentado.

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, informou que o departamento jurídico está tendo dificuldades no despacho dos processos com os juízes, pois, devido à pandemia, os órgãos estão em regime de trabalho remoto. Porém, a ANFIP realiza, com frequência, reuniões com os escritórios patronos das ações para acompanhar os andamentos dos processos para que a Entidade consiga, ainda este ano, fazer inscrição de precatórios. Maria Beatriz apresentou ainda o estágio das principais ações de execução que estão em andamento, confira [AQUI](#) a apresentação completa.



Talentos da ANFIP – Tivemos ainda, ao longo do evento, a apresentação artística de associados de todo Brasil, demonstrando como a arte é capaz de transcender este período de isolamento social que assolou o mundo. Participaram do encontro: Leila Guimarães Ricci (SP) (Recital), Conceição Aparecida Ribeiro Borges (SP) (Pinturas em Telas), Paulo Correia de Melo (PE) (Poesia), Paulo Emílio Catão Lamêgo (PE) (MPB), Tânia Maria Garcia e Ana Adélia Birck (RS) (Pinturas em Telas), Banda Doble Chapa (SC) (Música); Décio Coutinho (MT) (Música) e José Carlos da Silva (RJ) (música e autor do Samba da ANFIP). Todos os vídeos estão no youtube, só clicar [AQUI](#) nessa playlist.

Concurso – O grande momento do encontro foi a participação dos vencedores do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias dos Auditores Fiscais em Quarentena. A coordenadora da Comissão Organizadora, Albenize Gatto Cerqueira, e o coordenador da Comissão Julgadora, Álvaro Sólton de França, falaram sobre a importância de projetos como esse e do despertar proporcionado aos associados. Os vencedores Walter de Carvalho Parente, primeiro lugar; Paulo Marcelo Soares da Silva, segundo colocado, e Manoel Lucena dos Santos, terceiro colocado, falaram sobre o processo de criação e da importância desse incentivo da Entidade. Os trabalhos vencedores e os agraciados com menção honrosa podem ser lidos [AQUI](#).

Live debate urgência de realização da Reforma Tributária

PÁGINA 2

Reforma Administrativa: Entidade intensifica articulações

PÁGINA 4

Estaduais fazem homenagem ao Dia das Mães

PÁGINA 6

Live Série ANFIP discute urgência de realização da Reforma Tributária

A ANFIP realizou mais uma Live Série ANFIP, um debate totalmente on-line e com transmissão pelas redes sociais da Entidade. Na edição de quarta-feira (28/4), o tema abordado foi a “Reforma Tributária – A possível ou a necessária?”.

O questionamento foi debatido pelo deputado federal Alexis Fonteyne (Novo/SP); pelo presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária, deputado Luis Miranda (DEM/DF); pelo diretor do Centro de Cidadania Fiscal e coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, Eurico Marcos Diniz de Santi; e pelo secretário Municipal de Finanças de Curitiba (PR), Vitor Puppi. Pela ANFIP participaram o presidente, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado.

Décio Lopes destacou que fazer uma Reforma Tributária envolve finanças públicas dos três entes federativos, União, estados e municípios. Alertou ainda que a alteração da lei tributária deve ser bem debatida, pois uma questão mal resolvida no Congresso Nacional pode ser uma questão desalinhada nestas três esferas. Além disso, também é indispensável a discussão com toda sociedade.

Em sua abordagem, Cesar Roxo defendeu uma reforma que promova desenvolvimento e reduza as desigualdades a partir de um sistema progressivo, que diminua a tributação sobre o consumo e que aumente a tributação sobre a renda e o patrimônio. Para ele, a proposta do governo de apenas unir os tributos, sem reduzi-los, é simplista e não soluciona os problemas que o Brasil enfrenta hoje. “Tem que haver a simplificação dos tributos, o aumento da progressividade sobre o

Imposto de Renda e o fim da isenção da tributação sobre lucros e dividendos, e não se vê isso sendo discutido no Congresso”, questionou.

Na avaliação do deputado Alexis Fonteyne, é realmente necessário retomar o debate da Reforma Tributária e pensar no Brasil pós-pandemia, além dos problemas estruturais que já existiam. Em relação à regressividade do sistema tributário, o deputado acredita que a principal causa está no problema de um sistema que gera desemprego e inibe o desenvolvimento, pois no Brasil há um déficit de 45 milhões de postos de trabalho. “A única maneira de acabarmos com a regressividade é gerar emprego e subir a barra da renda e naturalmente você vai ter a mudança entre tributação do consumo para renda. Temos ainda que acabar com os impostos cumulativos e impostos que não dão nenhuma transparência para o sistema tributário, vão acumulando na cadeia produtiva e tirando a competitividade das empresas”, afirmou.

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária, deputado Luis Miranda, expôs sua insatisfação com a proposta apresentada pelo governo, afirmando que estamos caminhando no sentido contrário ao que o país exige no momento, e que isso precisa ser revertido. “Você tem um erro drástico quando o governo não enxerga que os funcionários públicos, principalmente os fiscais da Lei, são os maiores aliados que podemos ter na luta por uma arrecadação e um crescimento melhor para a nação. Além disso, nós tivemos um empobrecimento da população, que terá um reflexo muito sério nos próximos anos. A forma de corrigirmos isso é redistribuindo a carga tributária

e aprovando a Reforma Tributária com urgência. Nesse momento, a Receita Federal tem que se tornar cada vez mais forte”, concluiu.

O diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Eurico Santi, enfatizou que é de suma importância realizar a reforma necessária, pois reformas só se fazem em estado de exceção, e este momento é propício, dada a situação que o Brasil está vivendo devido à pandemia. “É muito importante buscarmos resolver os problemas que o Brasil tem, porque se a gente deixa e faz apenas uma meia reforma, vai demorar para termos outra oportunidade e força política para fazer a reforma que nós efetivamente precisamos”, alertou.

O especialista enumerou ainda alguns princípios fundamentais que devem nortear a proposta ideal: simplicidade para o contribuinte, coordenação dos Fiscos nas três esferas sem perda de autonomia, transparência para o consumidor que paga a carga tributária, neutralidade no pagamento de imposto sobre o salário e igualdade no sistema tributário.

Em seguida, o secretário Municipal de Finanças de Curitiba, Vitor Puppi, ponderou sobre como fazer uma reforma rápida e que proporcione resultados positivos para o país. Entre as considerações, ressaltou que é necessário mudar o sistema de alíquotas e não concentrar recursos na União ou nos estados, alocando o máximo de recursos na competência tributária dos entes prestadores dos serviços públicos.

Ao longo do debate, os participantes também responderam a diversas questões realizadas pelos representantes da ANFIP.

Confira [AQUI](#) a live completa.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Avança elaboração do Sistema de Votação Eletrônica; associados devem ativar acesso à página restrita

Os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal reuniram-se conjuntamente na segunda-feira (26/4) para analisar o Regulamento Eleitoral da ANFIP e deliberar sobre o Sistema de Votação Eletrônica. O mecanismo está em fase de testes e os conselhos precisam validar o sistema para utilização nas próximas eleições da Entidade. Os conselheiros definiram ainda que, para participar do processo, os associados devem ativar, desde já, o acesso à página restrita da ANFIP na internet.

O presidente Décio Bruno Lopes reforçou o importante senso de coletividade neste momento de isolamento social, que mantém os conselheiros em seus respectivos estados e as reuniões fluindo em ambiente virtual. Décio Lopes adiantou que ainda não está definida se a próxima eleição será presencial, virtual ou híbrida e que a decisão será tomada a partir do avanço da vacinação contra a covid-19 e a amenização da pandemia.

Genésio Denardi, coordenador da Mesa do Conselho de Representantes, conduziu a reunião, abriu a palavra aos conselheiros inscritos, que apresentaram suas sugestões em relação ao sistema eletrônico. Todo material será compilado e serão adotados os mecanismos que unam segurança e facilidade de utilização.

Área restrita – Outro ponto fundamental é que os associados precisam da senha de acesso à área restrita da página da ANFIP. Só com o acesso a esse espaço, os associados aptos poderão votar por meio eletrônico. Além disso, na página restrita, que está em fase de atualização, estão disponíveis



várias informações de interesse exclusivo dos associados.

Senha – Todos os associados possuem a senha. Caso não tenha ativado ou tenha esquecido o login, basta acessar a página principal da ANFIP, clicar em “área restrita” ([AQUI](#)), em seguida em “esqueci senha”. Na página, digite o CPF e clique em ACESSAR. Vai ser encaminhado um passo a passo, no e-mail cadastrado na ANFIP, de como redefinir a senha. Caso tenha alguma dificuldade, os associados podem acionar a informatica@anfip.org.br.

Regulamento eleitoral – Os conselheiros, na oportunidade, também analisaram o conteúdo do Regulamento Eleitoral, fazendo as atualizações necessárias para que o processo aconteça dentro do previsto e de acordo com as regras estabelecidas.

Entidades do Pacto de Brasília reúnem-se com deputado Celso Sabino

Os representantes das entidades que integram o Pacto de Brasília, dentre elas a ANFIP, reuniram-se na terça-feira (27/4) para dar continuidade às ações em defesa da administração tributária brasileira e de uma Reforma Tributária que reduza as desigualdades do país. O encontro, realizado em formato virtual, contou com a participação do deputado federal Celso Sabino (PSDB/PA).

Os dirigentes expuseram suas avaliações em relação às PECs 45 e 110, ambas de 2019, que tratam da reforma no sistema tributário brasileiro, e destacaram a importância de intensificar a articulação junto aos parlamentares, além de promover audiências e debates virtuais, a fim de apresentar as demandas de interesse dos fiscos federal, estadual e municipal.

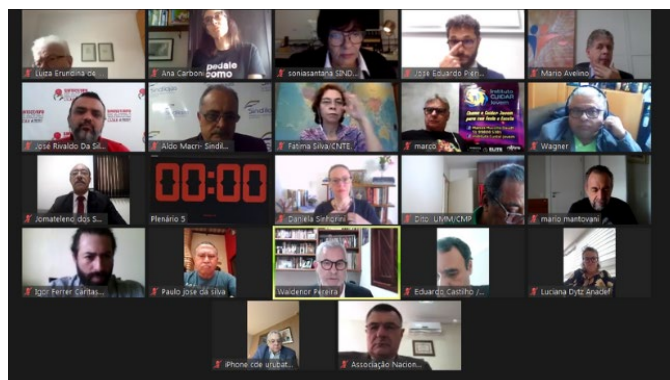
Reafirmando seu compromisso com as carreiras do fisco, o deputado Carlos Sabino declarou: “Um país que tem um fisco forte tem mais propensão ao desenvolvimento. Reitero aqui meu compromisso. Caso o deputado Aguinaldo [relator na Comissão Mista] não contemple o sistema que entendemos ser o mais adequado, vamos apresentar emenda e conversar com os deputados. Se for preciso falar com os 513 parlamentares, nós falaremos!”. A expectativa é de que o parecer seja apresentado por Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) na primeira semana de maio.



O presidente Décio Bruno Lopes, que representou a ANFIP na reunião, agradeceu o trabalho realizado pelo deputado Carlos Sabino, inclusive durante a tramitação da PEC 186/19 (Emergencial), e reforçou o pedido de apoio neste momento aos servidores públicos, em especial às carreiras da Administração Tributária. “Que a gente tenha condições, por meio da tributação, de reduzir as desigualdades do país. A ANFIP está à disposição para discutir os temas que envolvam as reformas tributária e administrativa”, disse.

Além dos representantes das entidades que integram o Pacto de Brasília (ANFIP, Afresp, Fenafisco, Fenafim, Unafisco, Sindifisco, Sindireceita, Febrafisco e Febrafite), o grupo conta ainda com participação do consultor e ex-deputado federal Luiz Carlos Haully (PR).

ANFIP participa de audiência da Comissão de Legislação Participativa



O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, participou da sessão virtual da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP), realizada na terça-feira (27/4).

A reunião foi proposta pelo presidente da Comissão, deputado Waldenor Pereira (PT-BA), com o objetivo de ouvir

demandas da sociedade civil organizada para a formulação do plano de trabalho do colegiado em 2021.

“Essa Comissão funciona como uma ponte entre a sociedade civil organizada [e o Parlamento]. O colegiado acolhe as sugestões, analisa e transforma essas demandas em proposições legislativas. Em seguida, faz com que essas proposições tramitem dentro do Congresso Nacional”, explicou o deputado Waldenor Pereira. Ele também acrescentou que “essa nova direção [da CLP] está desenvolvendo um planejamento estratégico para aumentar essa participação da população”.

Sobre a CLP - A Comissão de Legislação Participativa funciona desde 2001. Por meio da Comissão, a sociedade civil, organizada em instituições não-governamentais, sindicatos, associações e órgãos de classe, pode apresentar à Câmara dos Deputados sugestões legislativas.

A transmissão das audiências pode ser acompanhada pelo canal da Câmara dos Deputados no Youtube ou pelo Portal eCidadania.

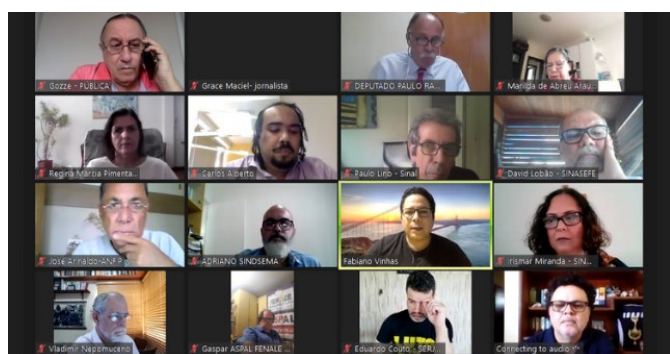
Carreiras Típicas de Estado analisam substitutivo à PEC 32/2020

As entidades que integram o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), dentre elas a ANFIP, realizaram reunião virtual, na quarta-feira (28/4), para ajustar o texto substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que trata da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Os representantes, apesar de considerarem a PEC nociva aos servidores e aos serviços públicos do Brasil, entendem ser necessária a apresentação de um texto alternativo à proposta, que minimize os graves impactos que serão causados caso o texto original seja aprovado.

Finalizada a redação, o texto substitutivo será encaminhado à equipe Jurídica do Fórum para revisão técnica e para autenticação parlamentar.

Frente do Serviço Público destaca necessidade de diálogo



Em reunião, na terça-feira (27/4), coordenada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu mais uma vez a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa).

Na oportunidade, os dirigentes avaliaram a primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, realizada virtualmente, na segunda-feira (26/4), para tratar da matéria e discutiram as melhores estratégias de mobilização contra a

proposta, defendendo os interesses dos servidores públicos e as necessidades da população brasileira.

Segundo José Arinaldo, a maior parte das audiências públicas são para cumprir protocolos, pois, na realidade, o deputado designado para a relatoria é escolhido “a dedo” para concretizar aquele plano. “Ele está lá para isso, é só uma maneira de homologar”, afirmou.

O encontro virtual também contou com a presença do deputado Paulo Ramos (PDT/RJ) e do consultor político Vladimir Nepomuceno, que apresentou um panorama do cenário político atual e informou que o Congresso está avaliando se ocorrerão as demais reuniões, das seis que ainda estão previstas, ou se a PEC será remetida diretamente para o Plenário. Segundo o consultor, apesar da limitação dos debates virtuais, é necessário dialogar com os parlamentares para garantir que as audiências sejam realizadas.

A Frente está aguardando o agendamento da reunião com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), para apresentar o posicionamento das entidades e requerer suspensão da tramitação da Reforma Administrativa. O grupo também segue com as campanhas de comunicação nas redes sociais em prol da mobilização dos servidores e da população.

Câmara promove audiência pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados realizou, na segunda-feira (26/4), audiência pública extraordinária para discussão da admissibilidade da PEC 32/2020. Pela ANFIP, acompanhou o debate o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A reunião, conduzida pela presidente da Comissão, deputada Bia Kicis (PSL/DF), é a primeira das audiências públicas que serão realizadas para discutir a matéria antes da votação pela CCJ, que poderá ocorrer na segunda semana de maio. A Comissão não avalia o conteúdo da proposta (mérito), apenas a admissibilidade, como, por exemplo, se o texto não fere a Constituição Federal.

Acompanharam também a audiência mais de 60 deputados federais, favoráveis e contrários à matéria, dos quais se manifestaram durante a reunião, entre eles, o deputado Darci de Matos (PSD/SC), relator da PEC, e o integrante da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, deputado Rogério Correia (PT/MG).

Darci de Matos informou que os encontros serão promovidos para aprofundar o debate acerca do tema. O relator afirmou que a proposta tem o objetivo de melhorar o serviço público, e descreveu, novamente, como “lento e oneroso” o trabalho dos servidores. O deputado já havia utilizado os mesmos adjetivos negativos em entrevista ao Palavra Aberta da TV Câmara para se referir ao ofício daqueles que, mesmo em meio à pandemia e com menos recursos disponibilizados, continuam exercendo



suas funções e dando suporte à população brasileira.

Na oportunidade, Rogério Correia destacou que as mudanças trazidas pela PEC, como o fim da estabilidade e dos concursos, contratações temporárias e o corte de jornadas, são extremamente preocupantes para a população. “Estamos solicitando, inclusive, ao presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL), que possa suspender a tramitação desta Emenda Constitucional durante o período de pandemia. Não há como aprovar algo desse tipo em plena pandemia sem que haja um debate realmente promissor que possa ter um resultado que não seja prejudicar o serviço público brasileiro”, declarou.

Confira [AQUI](#) a audiência na íntegra.

Seminário Internacional do Fonacate debate o enfrentamento à corrupção no Brasil

O Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP faz parte, reuniu virtualmente, na terça-feira (27/4), acadêmicos e profissionais da área pública para discutir as novas abordagens relacionadas ao fenômeno da corrupção no século XXI. Pela ANFIP, acompanhou o debate o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O Seminário Internacional de Enfrentamento à Corrupção no Brasil: como construir um futuro mais efetivo? teve o objetivo de identificar lacunas e possibilidades de superação da Corrupção no Brasil. A intenção é que, a partir da aproximação de diferentes perspectivas teóricas e práticas, seja possível encontrar elementos que subsidiem novas pesquisas sobre o enfrentamento em instituições governamentais.

Ao abrir o evento, Rudinei Marques, presidente do Fonacate,



lamentou que em um momento de pandemia ações corruptas, como desvio de equipamentos médicos, auxílio emergencial e insumos em geral, privem a sociedade de obter a assistência do Estado que tanto necessita. “É de partir o coração,

mas, isto também é um chamado para trabalhar o fortalecimento institucional e o aprimoramento dos mecanismos de controle e de gestão. Só estes permitirão a correta destinação do dinheiro público”, declarou.

Assista ao evento na íntegra [AQUI](#).

ESTADUAL

Agafisp convida associados para evento em homenagem às mães



A diretoria da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, realiza mais uma promoção on-line de integração entre seu quadro social, desta vez

homenageando as mães, em mês consagrado a elas. Na próxima quinta-feira (6/5), a partir das 10 horas, acontece o encontro virtual “Mãe, Vida e Energia”, com presença e conversa informal de amigos e colegas da capital, interior e de fora do estado.

Haverá também um bate-papo com a terapeuta Cláudia Maria Stahler Pena Klagemberg a partir das 11 horas. Cláudia é neuropsicopedagoga, coach em Programação Neurolinguística, palestrante sobre inteligência emocional e Neurociências e treinadora cognitiva.

No dia anterior ao encontro, será divulgado o link do Zoom Meetings para que todos se integrem, perguntem e interajam com a diretoria e a palestrante.

Haverá também sorteio de brindes para os que se inscreverem antecipadamente até dia 4 de maio pelo e-mail financeiro@agafisp.org.br ou pelo WhatsApp (51) 992186256. Não perca! Convide também sua mãe para participar.

Café com as Mães na ANFIP/MG; dia 6 de maio, às 10h. Participe!



Está chegando a hora do evento especial que a ANFIP-MG está preparando para comemorar o Dia das Mães. O encontro será realizado pela internet (canal da ANFIP-MG no YouTube), a partir das 10h do dia 6 de

maio, e terá muitas atrações, além do sorteio de ótimos brindes — somente para as mulheres, conforme relação que foi enviada por e-mail aos associados da ANFIP-MG.

Veja os brindes que serão sorteados:

- Um notebook Lenovo S145 i7 8GB 256GB SSD
- Um celular Samsung A71
- Um relógio de pulso cosmic rock da Swarovski
- Um relógio de pulso da Manoel Bernardes
- Uma caneta cryst stardust da Swarovski
- Um smartwatch IWO W26 Plus
- Um jogo de toalhas de banho

- Um secador de cabelos rotativo
- Uma fritadeira elétrica Air Fryer Philips Walita
- Um fone de ouvido gamer Pichau 7.1 USB

Já uma das atrações será a exibição de um vídeo com gravações feitas do celular por associadas mulheres, contendo mensagem com o tema “café da manhã e Dia das Mães”. Também serão exibidos outros vídeos com participação de associados. Teremos música, contação de estória, declamação etc.

A live está sendo preparada com muito carinho e todos podem acompanhar pelo canal da ANFIP-MG no youtube.

Comissão prepara Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional



Os integrantes da Comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional da

ANFIP realizaram videoconferência, na terça-feira (27/4), para dar continuidade à produção do documento e à formulação do cronograma para eleição de convencionais às vagas dos estados.

A Convenção Nacional é o evento deliberativo máximo da Associação e acontece a cada dois anos. Em 2021, vai ocorrer de 18 a 21 de setembro. O formato do encontro – se presencial, on-line ou híbrido (com participação on-line e presencial) –, ainda será definido, a depender das condições sanitárias do país e da contenção da pandemia da Covid-19.

Participaram da reunião os vice-presidentes Eucélia Maria Agrozzi Mergar (Assuntos Fiscais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação).

A quem interessa o enfraquecimento do Fisco?

Há muito se faz necessário uma Lei Orgânica do Fisco Federal. Uma função tão necessária para prover o Estado de recursos financeiros para cumprimento de suas atividades essenciais, como saúde, educação, saneamento básico, pagamento de benefícios previdenciários, bolsa família, folha de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário, das Forças de Segurança Pública e promoção do bem-estar social etc.

Nenhuma administração tributária, seja da União, dos estados, dos municípios ou do Distrito Federal, pode prescindir de uma atividade tão importante e necessária quanto a do fisco. Ao longo dos anos, paradoxalmente, o Estado, que necessita de recursos para fazer frente às demandas inerentes à sua própria existência, gradativamente, vem enfraquecendo esta função típica de Estado tão fundamental em sua estrutura. Acredito que isso ocorra em razão de os seus governantes, transitórios, sem grandes responsabilidades com a coisa pública, e até membros de Poderes, preocuparem-se em defender seus interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos e públicos.

É oportuno lembrar o episódio envolvendo o Fisco Federal e ministros do Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 2019, em que dois Auditores Fiscais foram instados a parar com os procedimentos fiscais em razão de estarem fiscalizando membros daquele Poder. Agora, mais recentemente, temos o episódio com a fiscal do Rio Grande do Norte, Alyne de Oliveira Bautista, neste embate com o Judiciário que, de maneira surpreendente, levou à sua prisão. Aproveitamos para nos solidarizar com a colega e seus familiares e esperamos que casos como esse não venham mais a ocorrer.

Tudo isso vem demonstrar a necessidade premente de o Estado brasileiro organizar e fortalecer sua máquina arrecadatória, definir claramente os deveres e direitos de suas autoridades fiscais e a sua relação com a sociedade e os poderes da Nação, e para tanto é mais que necessária uma Lei Orgânica do Fisco.

Para agravar ainda mais, o governo editou a PEC 32/2020, com um falso nome de reforma administrativa, cujo objetivo é retirar direitos e reduzir a estrutura do Estado, com o simples objetivo de reduzir despesas públicas, não se importando com a boa qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

O Estado, mesmo que seja mínimo, precisa de instituições fortes, e Administrações Tributárias estruturadas são fundamentais para manter níveis de arrecadação necessários ao bom desempenho do equilíbrio fiscal.

A lei que criou a Receita Federal do Brasil, Lei 11.457 de 2007, em seu artigo 50, estabeleceu que no prazo de um ano o Poder Executivo encaminharia ao Congresso Nacional projeto de lei orgânica das Auditorias Federais. Entretanto, decorrido mais de treze anos, isto ainda não aconteceu.

Com a Lei Orgânica, muitos problemas teriam sido evitados, mas cabe o seguinte questionamento:

A quem interessa o enfraquecimento do Fisco Federal? Certamente, aos cidadãos brasileiros menos favorecidos, não!

**José Arinaldo Gonçalves Ferreira –
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e
vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da**

Cooperforte distribui R\$ 59,9 milhões de sobras do exercício de 2020; conheça os diferenciais da Cooperforte

No último dia 25/4, a Cooperforte distribuiu aos associados R\$ 59,9 milhões referente às sobras do exercício de 2020, na proporção dos negócios mantidos ou realizados no período.

Com a distribuição das sobras, a rentabilidade média dos investimentos da Cooperforte, em 2020, foi de 4,56% ao ano, equivalente a 165,5% do CDI no período, o que mantém os produtos de investimentos da Cooperforte entre os mais atrativos do mercado. Para os tomadores de empréstimos, correspondeu à redução de 1,72 pontos percentuais na taxa anual efetivamente paga.

Numa cooperativa, as sobras representam o resultado líquido do exercício, que, após as destinações legais e estatutárias, são colocadas à disposição da Assembleia Geral, para determinação do quantum será destinado aos associados, constituindo-se, assim, num dos grandes diferenciais do segmento cooperativista. Ao longo dos seus 36 anos de existência, a Cooperforte gerou sobras equivalentes

as R\$ 2 bilhões, tendo distribuído R\$ 1,18 bilhão a seus associados (valores atualizados).

Seja associado da Cooperforte e faça parte de uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil, com ativos superiores a R\$ 2,6 bilhões e Patrimônio Líquido superior a R\$ 640 milhões.

Lá você pode contar com crédito em até 72 meses com taxas altamente competitivas e opções de aplicações financeiras em renda fixa com uma das melhores rentabilidades do mercado, que ainda contam com garantia do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop (exceto a Letra Financeira). Conheça a Cooperforte (www.cf.coop.br) e seus produtos de crédito e investimentos.

A associação é 100% digital, pelo APP COOPERFORTE (maiores de 18 anos), com integralização da cota de capital de R\$ 50,00 (pagamento único), por meio de boleto bancário ou cartão de crédito. Você preenche os dados diretamente no aplicativo, encaminha as



cópias dos documentos solicitados (RG/CNH, comprovante de renda emitido nos últimos 90 dias, documento que comprove seu vínculo empregatício ou associativo) e efetua a declaração de bens e patrimônio requerida.

E tem mais! Ao se associar à Cooperforte você também pode indicar familiares até o 3º grau (pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, bisavós, netos e bisnetos) e afins até o 1º grau (sogros, enteados, genros e noras) ou colegas de trabalho, e ganhar 2 mil pontos Nível por associação efetivada, que podem ser trocados por produtos, experiências, passagens aéreas e muito mais.

Venha se juntar a Cooperforte para usufruir de produtos de crédito e investimentos, garantir a sua participação nas sobras e ter todos os benefícios do sistema cooperativista!